

DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1991 E 2000 *

Antônio Tadeu de Oliveira **
André Geraldo Simões ***

Introdução

Os anos oitenta representaram para o Brasil o fim de um padrão de acumulação iniciado nos Anos Cinquenta e que teve como principal objetivo a constituição de sua matriz industrial. Este fato representou para o Estado Nacional um enfraquecimento na sua capacidade de financiamento dos investimentos produtivos, o que, em outras palavras, significou um enfraquecimento na sua capacidade de atuar diretamente na promoção da integração do território nacional.

Este período representou uma mudança de rumo no que se refere à participação do Estado brasileiro nas questões de planejamento territorial, na medida em que as preocupações governamentais passaram

a ter como objetivos principais a elaboração de políticas econômicas (política monetária e fiscal, controle inflacionário e controle das dívidas interna e externa)¹. Por outro lado, e articulado a esse novo papel do Estado estão os impactos das transformações produtivas e organizacionais do capitalismo central sobre o território nacional, que se intensificaram a partir de meados dos anos noventa.

De fato, a mudança de foco das políticas de desenvolvimento regional e a intensificação das políticas neoliberais, a partir de meados da Década de Oitenta, levaram a uma situação de mudança de escalas de ação no que se refere a localização das atividades produtivas, com os governos

* Trabalho originalmente apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Caxambú- MG/Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

** Estatístico, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, Analista Sócio-Econômico do IBGE.

*** Economista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, Analista Sócio-Econômico do IBGE.

estaduais e municipais passando a operar conjuntamente com os interesses das grandes corporações transnacionais, rompendo, de certa maneira, os elos produtivos que integram o país (Guimarães Neto, 1997).

De acordo com Becker (1990),

“Operando em escala planetária, as grandes corporações procuram romper os limites territoriais dos Estados-Nação em favor de lugares e posições privilegiados, negociando diretamente com frações locais e regionais, cujos interesses nem sempre são coincidentes com metas nacionais, dando origem à estruturas regionais articuladas à economia-mundo” (Becker, 1990, pp.52).

Os deslocamentos populacionais, por sua vez, foram influenciados fortemente pelos processos acima descritos, com mudanças expressivas observadas tanto nos fluxos migratórios quanto em suas características. Destaca-se nesse caso, o que se denominou chamar de “novos movimentos populacionais” englobando as migrações em direção às regiões litorâneas dos estados, compostas principalmente por indivíduos da terceira idade; as migrações para as cidades médias, ocasionadas principalmente pela intensificação dos investimentos por parte das empresas que fogem das deseconomias de aglomeração características dos grandes centros urbanos, mas também em função do aumento da violência urbana nas grandes cidades; e as migrações de trabalhadores com alta qualificação que se deslocam em direção aos grandes centros urbanos em busca de empregos com elevada remuneração e de um ambiente cosmopolita integrado ao consumo mundial (este último movimento está intimamente relacionado aos impactos das transformações ocorridas nos países centrais sobre o país)².

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da dinâmica migratória brasileira nos Anos Oitenta e Noventa, utilizando para isso as informações de Data

Fixa dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Pretende-se num primeiro momento apresentar os principais fluxos migratórios interregionais e intra-regionais, procurando observar as principais mudanças ocorridas no período. Posteriormente, fazer uma análise desses deslocamentos sob a ótica das características dos sujeitos nestes processos, particularmente, os ocorridos no período 1995-2000. Para isto, serão observadas as seguintes variáveis: estrutura etária; faixas de anos de estudos; e classes de renda familiar per capita. Com isto, pretende-se traçar o perfil dos migrantes, buscando identificar se existe um padrão predominante, ou se esse padrão é específico para corrente e contracorrente migratória, subordinado, por sua vez, às relações econômicas, sociais e culturais estabelecidas entre os espaços envolvidos nas trocas populacionais. Também será possível dimensionar os saldos migratórios de cada região, segundo as características analisadas.

Para que os objetivos propostos sejam alcançados, o trabalho se divide em três seções, sendo a primeira uma breve discussão sobre as relações entre o processo de ocupação do território nacional e crescimento populacional. Na segunda seção, apresenta-se um panorama geral das migrações no Brasil, nas escalas inter e intra-regionais, onde se procura apontar as principais mudanças no comportamento migratório nas regiões e estados brasileiros. Na terceira seção se faz uma análise descritiva do perfil dos migrantes e resultado dos saldo migratórios por Grande Regiões de acordo com as características investigadas.

1. Crescimento Populacional e Ocupação do Território Brasileiro

No decorrer do século XX, o processo de ocupação do território brasileiro foi marcado por características e dinâmicas diferenciadas que responderam, por sua

vez, a objetivos distintos. A intensa imigração de trabalhadores europeus (italianos, japoneses, portugueses e espanhóis) para as áreas urbanas e rurais do Brasil; o processo de urbanização brasileira, que intensificou os deslocamentos populacionais das regiões mais pobres do país em direção aos grandes centros urbanos do Sudeste; e os projetos de colonização das regiões Norte e Centro-Oeste são exemplos da influência de distintos processos sociais e econômicos sobre a ocupação e organização do território nacional.

Como reflexo deste processo e seus condicionais múltiplos a Tabela 1 mostra que o período que compreendeu as décadas de 1950 a 1970 foi marcado por altas taxas de crescimento populacional no país, cedendo lugar a quedas progressivas nas décadas posteriores³. A região Sul contou, entre as décadas de 1940 e 1960, com uma das maiores taxas de crescimento populacional do país, fruto do processo de expansão e consolidação das

populacionais observadas a partir deste período (Magalhães, 1998).

As regiões Norte e Centro-Oeste também passaram por um processo de ocupação de áreas fronteiras. No Norte este processo iniciou-se nos anos sessenta sendo, no entanto, precedido pelo Centro-Oeste, onde a incorporação de áreas agriculturáveis já havia começado uma década antes. A manutenção de taxas de crescimento populacional superiores ao observado nas demais regiões, mesmo durante os anos noventa, mostra que, embora já apresentando sinais de esgotamento, ainda existem resquícios deste processo em algumas áreas destas regiões⁴. Na verdade os fatores que intensificaram o esgotamento das fronteiras do Centro-Oeste e do Norte do país podem ser encontrados no processo de crise enfrentado pelo Estado Nacional a partir de meados dos Anos oitenta, que teve na redução dos subsídios e incentivos fiscais para as áreas periféricas uma de

Tabela 1

Taxas Geométricas de Crescimento Populacional. Grandes Regiões (1940/2000)

Grandes Regiões	Taxa Média Geométrica de Incremento Populacional (%)					
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Brasil	2,39	2,99	2,89	2,48	1,93	1,63
Norte	2,29	3,34	3,40	5,02	3,85	2,86
Nordeste	2,77	2,08	2,50	2,16	1,83	1,30
Sudeste	2,14	3,06	2,60	2,64	1,77	1,60
Sul	3,25	4,07	3,44	1,44	1,38	1,42
Centro-Oeste	3,41	5,36	5,60	4,05	3,01	2,37

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Censos Demográficos 1991 e 2000.

fronteiras agrícolas, principalmente no Paraná. A partir dos anos setenta, com fim do ciclo de incorporações de áreas agriculturáveis do Sul, as áreas rurais começaram a sofrer um processo de esvaziamento demográfico, fazendo com que de receptora essa região passasse a constituir uma das principais áreas expulsoras de população do País, refletindo nas baixas taxas de crescimento

suas principais conseqüências (Cunha, 1997; Cunha & Baeninger, 2000).

Com relação às regiões Sudeste e Nordeste, nota-se queda das taxas de crescimento populacional quase que ininterrupta entre os Anos Quarenta e os Anos Noventa. No Sudeste essa queda deve-se sobretudo à redução das taxas de fecundidade, a partir de final dos Anos

Sessenta. Já as baixas taxas de crescimento populacional verificadas no Nordeste relacionam-se principalmente aos elevados fluxos de emigrantes desta região.

Como pôde ser observado, os reflexos da dinâmica social, política e econômica brasileira no comportamento apresentado pelas taxas de crescimento populacional indicam uma multiplicidade de fenômenos e relações que se encontram cristalizados na forma de organização do território nacional. Os deslocamentos populacionais não fogem a regra, pois sinalizam determinados processos em curso na sociedade brasileira. A seguir serão analisados os fluxos migratórios entre as grandes regiões brasileiras, de forma a tornar mais nítida essas relações.

2. Panorama Geral das Migrações no Brasil

Os deslocamentos populacionais ocorridos no Brasil no período 1995/2000 totalizaram 5.196.093 pessoas, cifra que é 3,7% superior aos 5.012.251 observados entre 1986/1991. Cerca de 65% deste total são compostos por deslocamentos ocorridos entre as regiões brasileiras e 35% no interior destas regiões. Nas subseções seguintes serão discutidos, com maior profundidade, os deslocamentos inter-regionais e intra-regionais.

2.1. Migrações Interregionais

No período que compreende os anos de 1995/2000 os movimentos migratórios entre as regiões brasileiras totalizaram 3.363.5463 pessoas, montante 4,3% superior ao verificado no período 1986/1991, como mostra a Tabela 2. As Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste registram ao mesmo tempo uma redução do fluxo de imigrantes e um aumento do volume de emigrantes. No Norte do país, os estados de Rondônia, Acre e Pará contribuíram para redução do volume de imigrantes, que chegou a 13% nos períodos analisados

(Anexo I). No caso de Rondônia, essa redução também foi verificada nos fluxos de emigrantes, o que indica a consolidação do processo de expansão das fronteiras deste Estado. Os estados de Roraima e Amapá, por sua vez, apresentaram um crescimento expressivo de emigrantes nos referidos períodos. No Amapá também houve crescimento expressivo do número de imigrantes o que mostra um processo de expansão de fronteiras ainda não consolidado.

A Região Sudeste, embora conte com o maior saldo migratório dentre as regiões brasileiras, reduziu-o em aproximadamente 28% nos períodos analisados. Esta redução ocorreu devido à queda de cerca de 1,5% do volume de imigrantes e do aumento de 20,3% do volume de emigrantes. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram comportamentos distintos, com o primeiro obtendo uma redução no volume de imigrantes em cerca de 9%, acompanhado por um crescimento de 36,3% no volume de emigrantes. Já o Rio de Janeiro apresentou um crescimento de 31,5% nos fluxos de imigrantes e uma redução de 2,2% no volume de emigrantes⁵.

A Região Centro-Oeste, embora tenha registrado variação negativa da imigração em apenas 0,3%, apresentou um aumento da emigração de quase 8%. Merecem destaque o comportamento dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que reduziram seus volumes de imigrantes em 28% e 23,7%, respectivamente, indicando a consolidação do processo de expansão da fronteira agrícola destes estados. Este fato torna-se mais relevante na análise dos fluxos de emigrantes que cresceram 12,6% no Mato Grosso do Sul e 2% no Mato Grosso.

O Estado de Goiás e o Distrito Federal, por outro lado, registraram crescimento tanto do fluxo de imigrantes quanto de emigrantes. Em Goiás o aumento dos fluxos

de imigrantes chegou a 33,5%, mostrando a remanescência, ou mesmo formação de novas áreas de expansão, principalmente no entorno do Distrito Federal.

Já com relação à Região Nordeste, observou-se um crescimento expressivo do fluxo de imigrantes, chegando a 35,5% no período analisado. Este comportamento é

Tabela 2

Volume de Entradas, Saídas e Saldos Migratórios, segundo as grandes Regiões*
(Períodos 1986/1991 e 1995/2000)

Grandes Regiões	Entradas		Diferença Relativa (%)	Saídas		Diferença Relativa (%)	Saldo Migratório	
	1986/1991	1995/2000	(%)	1986/1991	1995/2000	(%)	1986/1991	1995/2000
Brasil	3.225.929	3.363.546	4,3	3.225.929	3.225.929	4,3	-	-
Norte	408.522	355.436	-13,0	277.298	277.298	5,6	131.224	62.685
Nordeste	477.907	647.373	35,5	1.354.441	1.354.441	4,2	-876.534	-764.048
Sudeste	1.426.943	1.404.873	-1,5	786.815	786.815	20,3	640.128	458.587
Sul	285.270	330.618	15,9	470.641	470.641	-25,7	-185.370	-19.195
Centro-Oeste	627.287	625.246	-0,3	336.734	336.734	7,9	290.553	261.971

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Censos Demográficos 1991 e 2000.

Nota: Para os cálculos utilizou-se a informação de lugar de residência há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa.

As Regiões Nordeste e Sul apresentaram comportamentos diferenciados das demais regiões, principalmente o Sul, onde se registrou um aumento de quase 16% dos fluxos migratórios juntamente com uma redução de 25,7% do volume de emigrantes. O saldo migratório desta região que no período 1986/1991 foi negativo em 185.370 pessoas reduziu-se para -19.195 pessoas entre 1995/2000. Contribuíram para este processo o desempenho dos estados do Paraná e Santa Catarina, que apresentaram crescimento dos fluxos de imigrantes. No caso do Paraná, o crescimento do volume de imigrantes foi acompanhado pela redução dos fluxos de emigrantes, o que, em outras palavras, significa que este Estado vem mostrando maior capacidade de retenção da população. Este movimento é contrário ao que foi observado a partir dos Anos Setenta, quando, em função do esgotamento do processo de incorporação extensiva de áreas agricultáveis, o Paraná iniciou um movimento de expulsão da população das áreas rurais em direção aos centros urbanos da própria região e mesmo em direção as áreas centrais da Região Sudeste (Magalhães, 1998).

notado em todos os estados da região, exceção feita a Sergipe que registrou uma queda de quase 8% do volume de imigrantes, acompanhado de um crescimento de 53% do fluxo de emigrantes. Estes resultados mostram uma perda líquida de população do referido Estado, com o saldo migratório, que já era negativo em 3.834 pessoas entre 1986/1991, caindo para - 17.200 pessoas entre 1995/2000.

Os estados do Ceará e Pernambuco, por outro lado, mostraram maior capacidade de retenção da população, ao registrarem aumento do volume de entradas e uma redução do volume de saída de população. No caso do Ceará, o aumento do fluxo de imigrantes que chegou a 55,2% deve-se, muito provavelmente, ao processo de modernização econômica que o Estado passou durante a década de noventa, criando bases para a retenção da população no território, com a redução do fluxo de emigrantes em cerca de 24%.

2.2 Migrações intra-regionais

Os movimentos migratórios intra-regionais totalizaram 1.832.547 pessoas no período 1995/2000, o que representa um

crescimento de 2,6% em relação ao período 1986/1991, como mostra a Tabela 3. As Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste registraram uma variação positiva nos deslocamentos intra-regionais que se deram dentro das próprias regiões, contrariamente às Regiões Nordeste e Sudeste onde essa variação mostrou-se negativa.

Nota-se de forma bastante clara a existência de um forte dinamismo migratório no interior da região Norte, que é respaldado pelo crescimento de quase 39% de trocas intra-regionais, a maior dentre todas as regiões do país. Todos os seus estados apresentaram variação positiva tanto dos fluxos de imigrantes quanto de emigrantes, exceção feita a Rondônia que obteve redução do volume de imigrantes, corroborando as análises dos fluxos interregionais, onde se chamou atenção para a exaustão do processo de expansão das fronteiras agrícolas (Anexo II). Mesmo assim esse Estado manteve um saldo migratório positivo de 3.011 pessoas entre 1995/2000.

1995/2000, um crescimento de 10% em relação ao período 1986/1991. O Estado do Paraná, embora tenha registrado um saldo negativo nas suas trocas migratórias com os demais estados da região, obteve não somente um aumento do fluxo de imigrantes como uma redução no volume de emigrantes. Esta tendência também foi observada nas trocas interregionais e reforça o processo de retomada do desenvolvimento por parte deste Estado.

Já o Rio Grande do Sul, diferentemente do observado nos movimentos interregionais, teve reduzido seu volume de imigrantes. Por outro lado houve um aumento dos fluxos de emigrantes para os demais estados da Região Sul, principalmente para Santa Catarina.

O crescimento de 21,8% nos deslocamentos intra-regionais da região Centro-Oeste deveu-se sobretudo ao grande dinamismo migratório observado no Estado de Goiás e no Distrito Federal, a exemplo dos deslocamentos interregio-

Tabela 3

Volume Migratório Intraregional segundo Grandes Regiões
 (Períodos 1986/1991 e 1995/2000)

Grandes Regiões	Períodos		Variação (%)
	1996/1991	1995/2000	
Brasil	1.786.322	1.832.547	2,6
Norte	144.634	200.957	38,9
Nordeste	459.767	408.547	-11,1
Sudeste	726.555	715.638	-1,5
Sul	268.406	279.741	4,2
Centro-Oeste	186.960	227.664	21,8

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Censos Demográficos 1991 e 2000.

O Sul foi outra região que apresentou um aumento dos fluxos intra-regionais. O Estado de Santa Catarina mostrou intenso dinamismo migratório ao registrar um crescimento tanto do volume de imigrantes quanto de emigrantes. Seu saldo migratório foi o único da região a apresentar sinal positivo, com 45.043 pessoas no período

nais. No caso de Goiás, o crescimento 50,8% dos fluxos de imigrantes foi superior ao crescimento de cerca de 10% do fluxo de emigrantes, o que fez com que o saldo migratório deste Estado se elevasse de 34.021 para 72.545. Já no Distrito Federal o crescimento do volume de emigrantes foi superior ao de imigrantes e o saldo

Deslocamentos Populacionais no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
 André Gerardo Simões

migratório, que já era negativo em 40.232 pessoas, tornou-se ainda mais negativo, com - 67.319 pessoas.

Por sua vez, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registraram queda dos fluxos de imigrantes. No caso do Mato Grosso a redução da imigração foi acompanhada por um aumento do fluxo de emigrantes, indicando uma baixa capacidade de retenção de população por este estado. Já o Mato Grosso do Sul, apresentou igualmente queda nos fluxos de emigrantes, movimento contrário ao observado nas trocas interregionais, aonde o crescimento do volume de emigrantes chegou a 12,6%.

A região Sudeste, por outro lado, registrou queda de 1,5% no volume de migrantes intra-regionais. Os estados do Espírito Santo e São Paulo registraram queda no volume imigratório e aumento dos fluxos de emigrantes, ao contrário de Minas Gerais e Rio de Janeiro que apresentaram comportamentos opostos. Nos deslocamentos populacionais no Espírito Santo notou-se uma queda de 13,3% do volume de imigrantes e um aumento de 9,4% dos emigrantes nas trocas com os demais estados do Sudeste, tendência contrária à observada nas trocas deste estado com as demais regiões do País, onde houve um aumento de 13,5% dos fluxos imigratórios, acompanhado por uma redução de 2,1% do volume de emigrantes.

Em São Paulo houve queda de 23,4% no volume de imigrantes, ao mesmo tempo em que aumentou o fluxo de emigrantes em 36,7%. Esta tendência foi responsável pela redução do saldo migratório do Estado que era de 118.934 pessoas no período 1986/1991, passando a ser negativo em 22.628 pessoas no período 1995/2000. Esta expressiva redução das trocas líquidas de São Paulo com os demais estados da Região Sudeste deveu-se principalmente ao aumento dos fluxos de emigrantes para Minas Gerais, chegando a 38,5% no período analisado. Por outro lado, houve redução

de 24% nos fluxos que partiram de Minas com destino a São Paulo. Estes resultados indicam, inicialmente, uma forte migração de retorno em direção a Minas Gerais, mas também podem estar mostrando um aquecimento do mercado de trabalho mineiro.

A análise dos fluxos migratórios em Minas Gerais reforça as hipóteses mencionadas acima. O aumento de 24,5% no volume de imigrantes para este Estado, juntamente com uma redução de 20,4% no volume emigratório foi responsável pela inversão do sinal do saldo migratório que, de negativo em 101.410 no período 1986/1991, passou a ser positivo em 23.196 pessoas entre 1995/2000. Comportamento semelhante foi registrado no Estado do Rio de Janeiro, onde o aumento de 17,3% nos fluxos imigratórios, e a redução de 11,8% no volume de emigrantes, não foram capazes de reverter o saldo migratório negativo, embora este tenha sido positivo nas trocas interregionais.⁶

O Nordeste, por sua vez, registrou redução de 11,1% nos fluxos migratórios intra-regionais, movimento contrário ao observado nas trocas com as demais regiões do país, onde se observou um aumento de 35,5% do volume de imigrantes. Todos os estados obtiveram queda tanto nos fluxos de imigrantes quanto de emigrantes, com exceção do Ceará, onde houve um aumento de 5,4% no volume de imigrantes. Estes resultados indicam um arrefecimento das trocas migratórias entre os estados do Nordeste, e a intensificação das trocas com os demais estados brasileiros.

3. Características dos Migrantes interregionais e intra-regionais, segundo as grandes regiões brasileiras

Neste tópico são observadas, segundo as Grandes Regiões, as variáveis idade, escolaridade e renda dos migrantes, de forma a traçar um perfil desses indivíduos, buscando identificar se esse perfil é único ou se altera conforme a escala da migra-

ção e/ou as relações estabelecidas entre os espaços de trocas, bem como, estabelecer resultado líquido em cada região, de acordo com as características desses migrantes.⁷

O fenômeno migratório se manifesta das formas mais variadas, sendo diversas as motivações atribuídas às decisões de migrar do ser humano. Ao analisar as características dos sujeitos do processo de migrar, o que se deseja é tentar identificar não só o perfil dos migrantes, como também, verificar se associado a isto existe um determinante principal, que faz um indivíduo deslocar-se de um espaço a outro em situações muitas das vezes cobertas de incertezas a respeito do resultado do movimento empreendido. Ao que tudo parece, ainda está fundamentalmente por trás dos deslocamentos de população a lógica da acumulação do capital, buscando a dupla a mobilidade da força de trabalho.

Conforme assinalava Gaudemar (1977),

"aparecendo de forma distinta nos vários espaços e setores, a acumulação do capital moldando a mobilidade do trabalho, não apenas a de caráter espacial (migracional), como também, a de caráter vertical (social)" (GAUDEMAR, 1977).

Ou seja, mesmo com a nova configuração de organização no mundo globalizado, a chamada reestruturação produtiva, não obstante àquilo que se convencionou tratar de "novos movimentos populacionais", o que sugere predominar nesses deslocamentos é a busca por melhores oportunidades de inserção no processo produtivo.

3.1 Região Norte

O saldo migratório positivo obtido pela região Norte se refletiu em todos os grupos etários indiscriminadamente. Cabe salientar que esse resultado foi obtido em função

das trocas realizadas com o Nordeste, uma vez que nas trocas com o Centro-Oeste ocorre justamente o oposto, bem como, nas trocas com o Sudeste e o Sul, em algumas faixas de idade, a região Norte perde população. Deve ser ressaltado que a região apresentou uma participação relativa na estrutura etária bem semelhante, entre as pessoas que se envolveram em algum tipo de movimento migratório interestadual, no segmento que pressiona fortemente o mercado de trabalho, ou seja, indivíduos na faixa de idade de 15 a 39 anos. Tanto nos deslocamentos intra-regional quanto nos interregionais, aí incluindo imigrantes e emigrantes, este grupo representava 58% das estruturas. Cabe salientar que o grupo de 5 a 14 anos de idade apresentou uma maior participação entre os migrantes que se deslocaram dentro da região, sugerindo que a migração familiar foi mais intensa nos deslocamentos de menor distância.

Uma proporção importante de imigrantes que chegou à região Norte era constituída de pessoas com baixa escolaridade, sendo 39% delas com até 3 anos de estudo. Em seguida apareceram com participação de 37% os migrantes com 4 a 8 anos de estudos. No sentido oposto, das pessoas que deixaram a região Norte, 65% possuíam 4 anos ou mais de estudo. O saldo migratório revelou-se positivo em todas as categorias estabelecidas, principalmente entre as pessoas com até 3 anos de estudo, segmento que os estudiosos da Educação consideram como analfabetismo funcional. Esse grupo foi responsável por aproximadamente 60% do saldo, destacando-se a participação dos imigrantes nordestinos, sobretudo os oriundos do Maranhão, equivalentes a cerca de 64 mil pessoas. Ressalta-se que nas trocas com o Centro-Oeste o saldo foi negativo em todas as faixas de escolaridade. O grau de escolaridade das pessoas que empreenderam deslocamentos entre Unidades da Federação da própria região foi inferior ao daqueles que se deslocaram em distâncias

Deslocamentos Populacionais no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
André Geraldo Simões

maiores. Verificou-se que 42% dos migrantes intra-regionais eram analfabetos funcionais e apenas 19% deles possuíam mais de 9 anos de estudos ou mais, contra 24% e 27%, respectivamente, dos imigrantes e emigrantes. A pior situação de escolaridade foi constatada entre os deslocamentos que partiram do Pará, onde aproximadamente 47 mil migrantes tinham no máximo 3 anos de estudo.

No que diz respeito à renda familiar dos imigrantes, em salário mínimo, 28% delas viviam em famílias que percebiam até 0,5 salário mínimo per capita, que é a frequência relativa modal da distribuição de renda dos imigrantes. Já entre os emigrantes, a maior concentração se deu na faixa de renda de um a três salários mínimos, 28%. De um modo geral, os que deixaram o Norte conseguiram obter melhores rendimentos que os imigrantes. Entre esses últimos 44% alcançaram rendas superior a 1 salário mínimo per capita, contra 47% dos emigrantes. Contudo, o saldo migratório foi favorável à região em todos os grupos de renda, sobretudo entre aqueles com até 0,5 salário per capita, correspondendo a 44% do saldo, resultado em muito determinado em função das trocas populacionais com o Nordeste. Nos câmbios de população com o Centro-Oeste a região Norte obteve resultado negativo em todas as faixas de renda. A situação de renda dos migrantes intra-regionais foi inferior à dos migrantes interregionais. Entre as pessoas que se deslocaram entre as UF's da região 34% viviam com até 0,5 salário mínimo per capita, e entre esses, 39 mil eram do Pará. Apenas 33% conseguiram obter renda superior a um salário mínimo.

Observou-se nos movimentos migratórios que envolveram a região Norte que uma parcela dos migrantes encontravam-se nos segmentos menos favorecidos do ponto de vista do nível escolar e de renda. Esse quadro tendeu a piorar nos movimentos em distância menores, ou seja, nos deslocamentos intra-regionais e nas trocas com o

Nordeste, sobretudo com o Maranhão. Não obstante ter alcançado saldos migratórios positivos em todas as faixas de renda e escolaridade, 60% desse saldo era de analfabetos funcionais e 44% de pessoas em famílias com renda per capita de até 0,5 salário mínimo.

3.2 Região Nordeste

Os imigrantes que chegaram à região Nordeste concentravam 55% dessa imigração na faixa etária de 15 a 39 anos de idade, enquanto 23% tinham entre 5 e 14 anos. Em contrapartida, entre os emigrantes 68% tinham entre 15 e 39 anos e 20% entre 5 e 14 anos. O fluxo populacional interestadual interno na região Nordeste apresentou uma estrutura etária parecida com a dos imigrantes interregionais, sugerindo uma migração mais familiar quando comparada à dos emigrantes que deixaram a região. Aparentemente, essas pessoas migram sem suas famílias em busca de mercado para vender sua força de trabalho. Constatou-se que o balanço das trocas foi desfavorável ao Nordeste em todas as faixas de idade. Embora o Sudeste ainda exerça uma atratividade maior sobre a migração nordestina, o saldo negativo de acordo com a idade se deu de forma indiscriminada com todas as demais regiões do País.

Nas trocas interregionais o Nordeste perde população em todos níveis de escolaridade. Todavia, o desempenho alcançado no saldo das pessoas com 12 anos ou mais de estudo com o Sudeste e com 9 anos ou mais com o Sul se mostraram favoráveis à região Nordeste. Foi possível perceber diferenciais de escolaridade, segundo o sentido do fluxo inter-regional. Enquanto entre os imigrantes a distribuição das frequências relativas dos anos de estudos foi bimodal, com as modas ocorrendo justamente nos segmentos de menor escolaridade, ou seja, 38% das pessoas tinham até 3 anos de estudo,

repetindo-se o percentual entre aqueles com 4 a 8 anos de estudo. Os emigrantes concentravam 43% no segmento que possuía de 4 a 8 anos de estudo, ressaltando que esses só não foram maioria nos fluxos que se dirigiram para o Norte do País. Por outro lado, entre os que partiram do Nordeste, apenas 17% possuía 9 anos ou mais de estudo, contra 23% dos imigrantes que chegaram nesta região. Os deslocamentos de população que ocorreram entre as Unidades da Federação nordestinas foram compostos por pessoas com escolaridade bem distinta das que empreenderam movimentos interregionais. Na migração interna, 31% das pessoas tinham entre 9 e 11 anos de estudo, em seguida aparecia a faixa de 4 a 8 anos, destacando-se ainda os com 12 anos ou mais de estudo, que correspondiam a 16%, o que demonstra uma seletividade maior do ponto de vista da escolaridade nessa modalidade da migração. A participação dos fluxos que partiram de Pernambuco desempenharam papel importante nesse resultado.

Se a migração interna foi bastante seletiva quanto à escolaridade, não se pode dizer o mesmo quando a renda é a variável investigada. As trocas populacionais entre as UF's do Nordeste envolveram uma maioria de indivíduos com renda familiar *per capita* de até 0,5 salário mínimo, aproximadamente 38%, com o maior peso estando entre os migrantes de Pernambuco, 33 mil pessoas, e os da Bahia, 22,5 mil pessoas. Apenas 35% desses migrantes viviam com renda *per capita* superior a um salário mínimo. O melhor perfil de escolaridade dos emigrantes se confirmou em relação ao rendimento por eles alcançados na região de destino. A maior parte deles ficou na faixa de renda de um a três salários *per capita* (36%), sendo que 80% dos emigrantes auferiram renda superior a 0,5 salário mínimo. Já a situação dos imigrantes era semelhante à dos migrantes internos, 34% viviam com 0,5 salário míni-

mo per capita, com apenas 36% recebendo mais de um salário mínimo *per capita*. Também segundo as faixas de renda o saldo migratório foi negativo em todos os segmentos. Contudo este resultado ocorreu em função das trocas com as regiões Sudeste, em primeiro lugar, e Norte, dado que o desempenho nos câmbios com o Sul e Centro-Oeste foi favorável nas faixas de renda mais altas, mais de três salários mínimos de renda *per capita* familiar.

Apesar de uma parcela importante das pessoas que circularam pela região Nordeste ter pouca escolaridade e ser de famílias de baixa renda, não se pode afirmar que se trata majoritariamente de migração de pobreza, haja vista, que os imigrantes que aportaram na região, em sua grande maioria, possuíam mais de três anos de estudo (61%) e viviam em famílias cuja renda *per capita* superava 0,5 salário mínimo (57%), ao passo que entre os emigrantes esses percentuais foram, respectivamente, de 60% e 74%. Foi possível notar que as trocas com a região Norte envolveram um segmento importante de indivíduos em condições menos favoráveis de escolaridade e renda. Além disso, aparentemente, os migrantes que circularam o âmbito do Nordeste estão vendendo sua força de trabalho por um preço inferior ao que poderiam obter, face ao grau de escolaridade.

3.3 Região Sudeste

Os migrantes que aportaram na região Sudeste carregaram com eles uma característica interessante no que diz respeito à estrutura etária. A proporção de imigrantes de 5 a 14 anos de idade é a mesma da observada na população total da região, ou seja, 20%. Na faixa dos 15 a 39 anos estavam 67% dos imigrantes, o que sinaliza o peso da migração que veio ofertar sua mão-de-obra nessa região. Descrevendo a estrutura de idades segundo a região de origem, foi possível verificar que a maior proporção de migrantes no grupo de idade

Deslocamentos Populacionais no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
 André Geraldo Simões

de 15 a 39 anos veio do Nordeste, 69%, seguido do Norte e Sul com 61% e do Centro-Oeste, 57%, enquanto a população residente no Sudeste concentra nesse grupo 47% dos habitantes. Olhando a estrutura dos emigrantes, consta-se que essa emigração é ainda mais familiar, dado que 23% dos emigrantes tinham entre 5 e 14 anos de idade e 54% de 15 a 39 anos. O saldo migratório, segundo as faixas etárias, foi positivo em todas as idades, muito em função da atratividade exercida sobre as regiões Nordeste e Sul, especialmente em relação à primeira. Nas trocas com o Norte o saldo só não foi negativo no grupo de 15 a 24 anos, sinalizando que o mercado de trabalho do Sudeste se mostra de certa forma atraente para as pessoas neste segmento etário. A perda populacional para o Centro-Oeste foi refletida em todos os grupos de idade, mostrando que a expulsão de pessoas para essa região é indistinta segundo a idade. As trocas interestaduais realizadas no âmbito da região Sudeste envolveram pessoas que tinham estrutura etária mais parecida com a dos emigrantes interregionais, já que 54% dos migrantes internos tinham de 15 a 39 anos e os outros 21% deles entre 5 e 14 anos de idade, revelando também um certo peso da migração familiar nesses deslocamentos.

Observando-se as categorias de escolaridade identificou-se que o saldo migratório na região Sudeste foi positivo em quase todos os segmentos, a exceção daquele que reunia pessoas com 12 anos ou mais de estudo. Esse balanço das trocas aponta que, apesar de ainda se configurar em região de atração demográfica, o Sudeste transfere pessoas mais qualificadas para todas outras áreas do País, sendo que essa transferência beneficia em maior escala a região Sul. Para as regiões Norte e Centro-Oeste a perda é generalizada em todas as faixas de escolaridade. Já para o Sul a perda se dá exatamente nos segmentos de maior escolaridade, quer dizer, migrantes com 9 anos ou mais de estudo.

Em resumo, o desempenho positivo no saldo nos segmentos até 11 anos de estudo foi alcançado muito em função da imigração nordestina. Os migrantes internos apresentaram grau de escolaridade superior aos dos migrantes interregionais. Os fluxos internos foram constituídos por 30% dos indivíduos com mais de 9 anos de anos de estudo e a parcela formada pelos analfabetos funcionais representava 28%, assinalando-se que a maior concentração ocorreu no grupo com 4 a 8 anos de estudo (42%).

Independente do movimento migratório que envolveu a região Sudeste do País, as pessoas que foram sujeitos desses deslocamentos tiveram uma maior participação relativa na classe de renda familiar *per capita* de um a três salários mínimos, sobretudo os imigrantes interregionais (38%). O saldo migratório, segundo as classes de renda familiar *per capita*, foi negativo em duas classes: até 0,5 salário mínimo, com as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul absorvendo os migrantes de menor renda; e na mais de 5 até 10, onde os espaços beneficiados foram o Centro-Oeste e o Norte. Individualizando os saldos de acordo com a região de troca, percebe-se que o balanço negativo com o Centro-Oeste ocorre em todas as classes, observando-se exatamente o oposto com o Nordeste. Nas trocas com o Norte o desempenho foi favorável na faixa mais de 0,5 a 3 salários mínimos, ao passo que com a região Sul apenas na primeira faixa o resultado foi negativo. Entre os migrantes internos somente 16% estavam na faixa até 0,5 salário, enquanto 24% auferiram renda superior a 3 salários mínimos, devido à participação da migração interna mineira e paulista.

A migração ocorrida no Sudeste envolveu pessoas de melhor nível de escolaridade e renda, independente da escala dos deslocamentos. A região consegue oferecer melhor condição de renda aos seus imigrantes interregionais, quando comparada com a renda alcançada por seus emigran-

tes nos lugares de destino. Parece paradoxal que perca um contingente de quase 22 mil pessoas com ótima formação escolar. Esses dados indicam que a região foi bem seletiva em relação à migração, com os indivíduos menos qualificados cumprindo um papel secundário no conjunto dos fluxos.

3.4 Região Sul

A estrutura etária dos imigrantes interregionais na região Sul concentrava no grupo etário de 5 a 14 anos 22% dos migrantes, contra 21% observados na estrutura dos emigrantes. Ambos percentuais superam a proporção de pessoas de 5 a 14 anos na população total desta região, o que significa que boa parte dos indivíduos migrou com suas famílias. No grupo 15 a 39 anos de idade, os migrantes interregionais de longe superaram a estrutura etária da população residente do Sul, que concentrava nesse grupo 47% dos habitantes. Entre os imigrantes esse segmento representava 54% da imigração, sendo de 60% a proporção dos emigrantes nessa faixa de idade, mostrando que a pressão por postos de trabalhos nos mercados das demais regiões será mais intensa. Do ponto de vista das idades, o saldo migratório foi negativo justamente na faixa 15 a 39 anos o que ratifica a observação acima. Além disto, no grupo 5 a 9 anos a região também perdeu população, reforçando a tese da importância do peso da emigração familiar, sobretudo em direção ao Centro-Oeste e Norte do País. Já para o Sudeste, espaço para o qual a região também perde população, o balanço mostra que parcela expressiva dos fluxos foi de indivíduos sem suas respectivas famílias. Nos demais grupos de idade o saldo foi positivo. Cabe destaque a troca com o Centro-Oeste, região que exerceu forte atração sobre todos os segmentos de idade, com os saldos sendo negativos em todos os grupos. A estrutura etária dos

migrantes que se deslocaram no interior da região se assemelhou muito à dos emigrantes interregionais.

O nível de escolaridade de imigrantes e emigrantes interregionais não diferiu muito. Tanto num sentido quanto no outro, a maior participação relativa se deu entre os indivíduos com 4 a 8 anos de estudo (38%), sendo a proporção dos menos escolarizados de aproximadamente 26%, ou seja, 74% dos migrantes possuíam escolaridade superior a 3 anos de estudo. O balanço das trocas revelou que a região Sul perdeu população em quase todos os segmentos de escolaridade, tendo saldo positivo apenas entre os migrantes com mais de 12 anos de estudo, sugerindo um mercado de trabalho exigente quanto à qualificação da mão-de-obra. Os indivíduos com esta característica vieram fundamentalmente do Sudeste, cerca de 30 mil pessoas, representando 70% das pessoas nessa situação. Para as regiões Norte e Centro-Oeste, o Sul perdeu população em todos as faixas de escolaridade. Já para o Nordeste o saldo é negativo justamente entre os de melhor formação, com 9 anos ou mais de estudo. Com o Sudeste deu-se o oposto, transferiu pessoas de menor nível de escolarização, obtendo saldo favorável nos melhor formação. Os deslocamentos interestaduais internos envolveram um percentual menor de analfabetos funcionais (24%), percentual ligeiramente inferior ao dos migrantes interregionais. A maior proporção da migração interna (43%) estava concentrada no grupo com 4 a 8 anos de estudo, com o segmento com mais de 9 anos de estudo tendo a participação de 32% dos migrantes internos.

A participação relativa segundo as classes de renda familiar *per capita* não foi muito diferenciada entre migrantes interregionais e migrantes internos. A região apresentou a migração com menor proporção de pessoas com renda familiar *per capita* até 0,5 salário mínimo, aproximadamente 14%, independentemente do tipo de

Deslocamentos
Populacionais no Brasil:
uma análise dos Censos
Demográficos de
1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
André Gerardo Simões

fluxo. Nas classes de rendas superiores a um salário mínimo *per capita*, a participação relativa variou pouco, entre 61% e 64%, sendo o melhor desempenho verificado entre os emigrantes interregionais. As trocas observadas do ponto de vista da renda foram favoráveis em duas classes: até 0,5 salário e mais de três a cinco salários mínimos, face às pessoas vindas do Sudeste. Ressalta-se que com essa região o saldo só não foi favorável no segmento que auferia renda entre mais de um e três salários mínimos. O Centro-Oeste atrai pessoas em todas as classes de renda. Com o Norte o saldo só é positivo na classe entre 0,5 e um salário mínimo, com o Nordeste este desempenho favorável deu-se na faixa mais de 0,5 até cinco salários mínimos.

A região Sul se mostrou como espaço que guarda um elevado grau de complexidade. De um modo geral, independente do tipo de migração é um espaço muito seletivo, já que parcela significativa dos migrantes possuía bom nível de escolaridade e estavam situados em classes de renda acima da média das outras regiões. Apresenta saldo migratório positivo no segmento dos migrantes de melhor formação, com o sinal se invertendo nas classes mais altas de renda. Não obstante isto, a exceção dos câmbios com o Centro-Oeste, para onde perde população em todos grupos de escolaridade e renda, não apresenta uma regularidade nas trocas com as demais regiões quando observados nível escolar e rendimentos.

3.5 Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste obteve saldo migratório positivo nas trocas populacionais com todas as demais regiões do País. Esta atratividade, como era de se esperar, teve um peso forte na faixa etária de 15 a 39 anos, grupo que concentrou 62% dos imigrantes interregionais, participação inferior apenas à dos imigrantes no Sudeste. A migração familiar teve uma contribuição

menor nesses deslocamentos, o que sugere a concentração de 20% dos imigrantes na faixa de 5 a 14 anos de idade. Entre os emigrantes interregionais, a participação relativa desse grupo foi de 23%, contra 56% dos emigrantes com 15 a 39 anos, demonstrando que as pessoas que deixaram o Centro-Oeste o fizeram, em boa medida, acompanhadas de suas famílias. O balanço das trocas revelou que a forte atração exercida pelo Centro-Oeste sobre as outras áreas se deu em todos os grupos etários, sendo o saldo migratório positivo em toda a estrutura. Os fluxos interestaduais internos à região foram compostos por migrantes que concentraram no grupo 15 a 39 anos 59% dos indivíduos, com as crianças contribuindo com 23% dessa migração.

A migração vista pela ótica do grau de instrução dos migrantes revelou-se com a maior participação relativa entre as pessoas com 4 a 8 anos de estudo. Essa tendência ocorreu entre os imigrantes e emigrantes interregionais e migrantes internos. Entre esses últimos essa participação foi de 43%. Os fluxos internos à região não contaram com uma contribuição expressiva de indivíduos de mais alta escolaridade, aqueles com 9 anos ou mais de estudo não passaram de 24% da migração interna. Os movimentos interregionais foram mais bem servidos de pessoas com melhor qualificação escolar, com a proporção de migrantes nessa situação variando de 28% a 31%. O Centro-Oeste foi uma área de atração para todos os segmentos, independente do nível de escolaridade ou da região de origem, o que resultou em saldo migratórios positivos nas trocas com todas as regiões e em todas as faixas de anos de estudo.

O desempenho do saldo migratório da região Centro-Oeste, em relação à variável renda familiar *per capita*, foi favorável para todas as classes de renda e para todas as regiões, sugerindo ser o Centro-Oeste espaço de oportunidades para todos segmentos sociais. A menor escolaridade dos

migrantes internos refletiu-se na renda auferida, uma vez que enquanto 50% deles vivem em famílias com renda *per capita* superior a um salário mínimo, entre os migrantes interregionais as proporções foram de 53% e 54%, respectivamente para imigrantes e emigrantes. Entre os segmentos menos favorecidos, ou seja, com renda até 0,5 salário mínimo não se verificou grandes diferenciais de acordo com a escala dos deslocamentos. Tanto os que empreenderam movimentos internos à região quanto aqueles que se movimentaram entre as Grandes Regiões, a proporção de indivíduos com renda até 0,5 salário foi de aproximadamente 19%.

O grande destaque da Região Centro-Oeste foi sua capacidade de alcançar resultado favorável no balanço das trocas populacionais com todas as regiões brasileiras, em todos os grupos etários, faixas de escolaridade e classes de rendas. Isto sinaliza o dinamismo do desenvolvimento econômico da região, que exerceu especial atração sobre os indivíduos das regiões Nordeste e Sudeste, destacando-se as pessoas que vieram da Bahia e São Paulo.

4. Conclusões

Procurou-se ao longo deste estudo, analisar as principais tendências dos movimentos migratórios no Brasil, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, bem como fazer uma caracterização desta população migrante. As principais conclusões estão listadas a seguir:

1. Observou-se, nos períodos estudados, um ligeiro aumento nos deslocamentos populacionais, seja na escala interregional seja na intra-regional;

2. A região Sudeste apresentou redução no volume migratório intra-regional, bem como no volume de imigrantes interregionais. Por outro lado, houve aumento dos fluxos de emigrantes para outras regiões

do País. Esta dinâmica indica que a referida região experimentou uma baixa capacidade de retenção e atração populacional. Este resultado deve-se fundamentalmente ao comportamento do Estado de São Paulo que reduziu em cerca de 9% sua capacidade de atração populacional, combinado com um aumento na expulsão de população da ordem de 36%.

3. No extremo oposto, encontra-se a região Sul que apresentou aumento tanto no volume migratório intra-regional quanto no interregional. Este processo foi acompanhado por uma maior capacidade de retenção populacional da respectiva região, sinalizando uma possível recuperação da sua economia. Este desempenho foi alcançado devido ao comportamento dos estados do Paraná e Santa Catarina.

4. As Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram um significativo aumento nos fluxos migratórios intra-regionais, que, por sua vez, não foi acompanhado por uma igual atratividade dos fluxos interregionais. Esta dinâmica pode estar sugerindo a consolidação do processo de expansão das fronteiras agrícolas, embora ainda haja resquícios deste fenômeno em algumas localidades.

5. A redução dos fluxos migratórios no interior da região Nordeste acompanhada do aumento do volume dos movimentos interregionais, sinaliza um aumento da capacidade de retenção nas Unidades da Federação bem como uma elevação das migrações de retorno para esta região, incluindo o efeito indireto destas migrações. Embora persista a tendência de crescimento das emigrações no período analisado foi possível observar um pequeno incremento no número de saídas da região, o que corrobora a observação acima.

6. No que se refere às características dos migrantes, foi possível observar que os

Deslocamentos
Populacionais no Brasil:
uma análise dos Censos
Demográficos de
1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
André Geraldo Simões

indivíduos de mais baixa qualificação deslocaram-se de forma mais intensa pelas regiões Norte e Nordeste do País. Ao contrário, nas regiões Sudeste e Sul houve uma maior circulação de pessoas com maior qualificação. Esses resultados refletem a distribuição das atividades produtivas no território brasileiro, onde os espaços mais dinâmicos, que se encontram nas regiões Sudeste e Sul experimentam uma movimentação mais intensa deste contingente populacional.

7. Por fim, notou-se que parcela reduzida dos migrantes seria composta por indivíduos que viviam em famílias com baixo rendimento per capita e menor escolaridade. Em função disso, encontram-se excluídas do processo de valorização do capital, o que diminui sua capacidade de venda da força de trabalho, inibindo-as de empreender movimentos migratórios.

Deslocamentos
Populacionais no Brasil:
uma análise dos Censos
Demográficos de
1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
André Geraldo Simões

¹ É necessário ressaltar, por outro lado, que a origem da inversão do papel do Estado e a sua fragilização remontam ao início dos Anos Oitenta, quando as sucessivas crises (crise do petróleo, crise da dívida externa e interna) marcaram o fim de um padrão de acumulação iniciado em meados dos Anos Cinquenta, e que tinha no Estado brasileiro o sujeito principal das transformações econômicas, políticas e sociais (Natal, 1994).

² Não se pode esquecer dos movimentos migratórios tradicionais, como as migrações de retorno e processo de consolidação das fronteiras agrícolas, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste que se intensificou em virtude da crise dos anos oitenta e mudança da orientação das políticas governamentais.

³ Os ritmos diferenciados de crescimento populacional nas regiões brasileiras devem-se tanto aos estágios da "transição demográfica" em que estas se encontram como às suas diferentes dinâmicas migratórias.

⁴ O esgotamento da fronteira nessas regiões não pressupõe que as áreas em expansão tenham chegado ao fim. No Centro-Oeste, por exemplo, enquanto os estados do Mato Grosso (com exceção do Norte) e Mato Grosso do Sul apresentam redução em suas capacidades de retenção populacional, o estado de Goiás mostra

tendência contrária, com o crescimento das imigrações. Essa é uma reflexão que deve ser feita quando pensamos as limitações do enfoque regional tradicional que não vem dando conta das diferenças existentes no interior das regiões brasileiras.

⁵ O expressivo crescimento do número de emigrantes paulistas deve-se, muito provavelmente, a migração de retorno, principalmente para o Nordeste. No caso do Rio de Janeiro esta maior capacidade de retenção populacional pode estar relacionada ao processo de recuperação econômica do estado. Ambas as questões são hipóteses que merecem estudos mais aprofundados.

⁶ Embora o saldo migratório total do Rio de Janeiro seja positivo, e existência de sinais diferentes nas trocas interregionais e intra-regionais mostram que o estado ainda apresenta perda de população para os estados da região mais desenvolvida do País. Em outras palavras, o que sustenta o saldo migratório positivo do Rio de Janeiro são os deslocamentos interregionais, principalmente as trocas com a Região Nordeste (Ervatti, 2003).

⁷ Nos ANEXOS III e IV são apresentados os saldos migratórios, segundo as Grandes Regiões, do rendimento familiar *per capita* e anos de estudos dos migrantes.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Bertha. Modernidade e gestão do Território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. Espaço & Debates. São Paulo, ano XI, nº32, 1990, pp.47-56.
- CUNHA, J.M.P. Os movimentos migratórios no Centro-Oeste na década de 80. In: Encontro Nacional sobre Migrações, Curitiba. Anais... Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998, p.91-139.
- _____ & BAENINGER, R. (2000) A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: II Encontro Nacional sobre Migração, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: ABEP, 2000, p.117-169.
- ERVATTI, Leila R. Dinâmica migratória recente do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Escola Nacional de Ciência Estatística, Rio de Janeiro, 2003.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** (Tradução de Maria do Rosário Quintela). Lisboa: Editorial Estampa, 1977. cap. 1, 5-8.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 15, p. 41-95, jun. 1997.
- MAGALHÃES, M.V. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: Encontro Nacional sobre Migrações, Curitiba. Anais... Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998, p.3-31.
- NATAL, J. Separatismo, fragmentação e federalismo: elementos para a apreensão da crise espacial e do Estado no Brasil pós-1975. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2/3, p. 63-79, set./dez. 1994.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Dinâmica migratória recente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 1999. 163 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

Deslocamentos
 Popacionais no Brasil:
 uma análise dos Censos
 Demográficos de
 1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
 André Geraldo Simões

Volume de Entradas, Saídas e Saldos Migratórios Interregionais (*) segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - Períodos 1986/1991 e 1995/2000 (Em 1.000 pessoas)

Unidades da Federação	Entradas		Diferença	Saídas		Diferença	Saldo Migratório	
	1986/1991	1995/2000	Relativa(%)	1986/1991	1995/2000	Relativa(%)	1986/1991	1995/2000
Total	3.225,93	3.452,89	7,0	3.225,93	3.452,89	7,0		
Norte	408,52	239,63	-41,3	277,30	385,62	39,1	131,22	-145,99
Rondônia	107,45	65,41	-39,1	83,08	6,01	-92,8	24,37	59,40
Acre	5,48	4,91	-10,3	5,17	25,82	399,9	0,31	-20,91
Amazonas	28,46	28,28	-0,6	22,20	9,13	-58,9	6,26	19,15
Roraima	22,25	9,42	-57,7	4,05	121,54	2904,2	18,21	-112,12
Pará	174,87	75,34	-56,9	111,86	5,30	-95,3	63,01	70,03
Amapá	5,33	4,73	-11,4	2,63	65,40	2384,0	2,70	-60,68
Tocantins	64,68	51,55	-20,3	48,32	152,41	215,4	16,36	-100,86
Nordeste	477,91	655,94	37,3	1.354,44	1.548,71	14,3	-876,53	-892,77
Maranhão	60,40	68,24	13,0	193,80	103,84	-46,4	-133,40	-35,60
Piauí	25,19	69,33	175,2	95,12	142,86	50,2	-69,93	-73,54
Ceará	69,65	112,68	61,8	188,11	45,60	-75,8	-118,46	67,08
Rio G.do Norte	35,03	42,17	20,4	49,33	116,45	136,1	-14,30	-74,28
Paraíba	44,79	57,93	29,3	114,88	190,40	65,7	-70,08	-132,47
Pernambuco	80,01	89,00	11,2	215,7	84,82	-60,6	-135,46	4,18
Alagoas	21,76	27,22	25,1	65,84	34,35	-47,8	-44,08	-7,13
Sergipe	18,61	17,21	-7,6	22,45	458,89	1944,3	-3,83	-441,68
Bahia	122,47	172,17	40,6	409,45	371,50	-9,3	-286,98	-199,33
Sudeste	1.426,94	1.529,20	7,2	786,82	987,34	25,5	640,13	541,85
Minas Gerais	140,25	143,90	2,6	146,35	36,56	-75,0	-6,10	107,34
Espírito Santo	43,93	85,80	95,3	37,34	141,28	278,4	6,59	-55,48
Rio de Janeiro	158,21	252,83	59,8	144,43	625,05	332,8	13,77	-372,21
São Paulo	1.084,55	1.046,66	-3,5	458,69	184,45	-59,8	625,86	862,21
Sul	285,27	402,40	41,1	470,64	199,25	-57,7	-185,37	203,15
Paraná	195,37	196,32	0,5	366,87	45,22	-87,7	-171,49	151,10
Santa Catarina	42,28	137,72	225,8	37,64	70,63	87,7	4,64	67,08
Rio G.do Sul	47,62	68,36	43,6	66,14	83,40	26,1	-18,51	-15,03
Centro-Oeste	627,29	625,72	-0,3	336,73	331,97	-1,4	290,55	293,75
Mato G.do Sul	105,95	78,20	-26,2	71,77	88,45	23,2	34,18	-10,26
Mato Grosso	173,93	125,88	-27,6	86,72	112,55	29,8	87,21	13,33
Goiás	181,94	244,51	34,4	104,56	81,49	-22,1	77,38	163,02
Distrito Federal	165,48	177,13	7,0	73,69	49,48	-32,9	91,79	

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Censos Demográficos 1991 e 2000.
 (*) Utilizado a informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa.

Deslocamentos
 Populacionais no Brasil:
 uma análise dos Censos
 Demográficos de
 1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
 André Geraldo Simões

Anexo II

Volume de entradas, saídas e saldos migratórios intra-regionais, segundo as Unidades da Federação - Período 1986/1991 e 1995/2000 (em 1.000 pessoas)

Unidades da Federação	Entradas		Diferença	Saídas		Diferença	Saldo Migratório	
	1986/1991	1995/2000	Relativa(%)	1986/1991	1995/2000	Relativa(%)	1986/1991	1995/2000
Total	1.786,32	1.729,05	-3,2	1.786,32	1.729,05	-3,2		
Rondônia	19,61	18,97	-3,2	11,38	10,06	-11,6	8,22	8,91
Acre	7,50	5,41	-27,9	9,18	32,83	257,8	-1,67	-27,42
Amazonas	30,90	56,08	81,5	22,08	5,25	-76,2	8,82	50,83
Roraima	13,09	37,42	185,8	2,65	112,70	4156,0	10,44	-75,28
Pará	37,57	108,35	188,4	71,34	9,81	-86,2	-33,77	98,53
Amapá	18,31	39,76	117,2	4,51	17,11	279,0	13,79	22,65
Tocantins	17,65	43,83	148,3	23,49	122,06	419,7	-5,84	-78,23
Maranhão	43,05	33,01	-23,3	44,12	36,98	-16,2	-1,07	-3,97
Piauí	47,76	19,86	-58,4	44,33	43,85	-1,1	3,43	-23,98
Ceará	52,01	49,98	-3,9	57,05	25,68	-55,0	-5,05	24,29
Rio G.do Norte	40,54	35,60	-12,2	27,11	47,04	73,5	13,43	-11,43
Paraíba	44,11	44,09	-0,1	59,18	89,89	51,9	-15,07	-45,80
Pernambuco	91,67	78,00	-14,9	101,76	43,13	-57,6	-10,09	34,88
Alagoas	39,12	29,62	-24,3	46,79	22,58	-51,7	-7,67	7,04
Sergipe	37,37	35,34	-5,4	19,77	59,15	199,2	17,60	-23,80
Bahia	64,14	79,94	24,6	59,64	37,16	-37,7	4,50	42,78
Minas Gerais	231,63	302,51	30,6	333,04	58,61	-82,4	-101,41	243,91
Espírito Santo	91,49	42,18	-53,9	53,57	132,93	148,2	37,92	-90,75
Rio de Janeiro	95,19	69,15	-27,4	150,64	258,84	71,8	-55,44	-189,69
São Paulo	308,24	189,08	-38,7	189,31	152,55	-19,4	118,93	36,53
Paraná	73,70	95,66	29,8	108,32	94,45	-12,8	-34,62	1,21
Santa Catarina	128,03	61,89	-51,7	87,36	82,26	-5,8	40,66	-20,37
Rio G.do Sul	66,67	44,50	-33,3	72,72	25,34	-65,2	-6,04	19,16
Mato G.do Sul	18,10	17,12	-5,4	33,25	35,27	6,1	-15,15	-18,15
Mato Grosso	52,98	25,98	-51,0	31,61	57,35	81,4	21,36	-31,37
Goiás	86,13	127,15	47,6	52,11	107,08	105,5	34,02	20,07
Distrito Federal	29,76	38,56	29,6	69,99	9,10	-87,0	-40,23	29,46

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Censos Demográficos 1991 e 2000.

(*) Utilizando a informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa.

Destacamentos
Populacionais no Brasil:
uma análise dos Censos
Demográficos de
1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
André Geraldo Simões

Anexo III

Grandes Regiões: Migrantes intra-regionais por classes de salários mínimos *per capita* familiar - 2000

Grandes Regiões	0 a 0,5	Mais de 0,5 a 1	Mais de 1 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	Sem rendimentos
Norte	68.050	46.790	44.893	9.908	7.337	3.768	19.257
Nordeste	154.326	80.005	78.651	25.186	23.410	12.640	30.376
Sudeste	111.864	149.911	246.145	66.400	57.040	43.948	31.575
Sul	36.797	61.284	104.334	28.559	23.183	12.564	9.266
Centro-Oeste	41.418	60.360	71.286	18.168	14.314	8.239	12.322

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 2000.

Anexo IV

Grandes Regiões: Migrantes intra-regionais por grupos de anos de estudos - 1995/2000

Grandes Regiões	Sem instrução 0 a 3	4 a 8	9 a 11	12 e +	Não determinado
Norte	84.360	75.594	32.604	6.143	2.257
Nordeste	86.965	97.127	127.698	65.604	26.496
Sudeste	199.005	300.918	140.418	71.935	3.361
Sul	68.111	120.884	58.626	29.428	2.692
Centro-Oeste	73.654	98.056	42.027		1.371

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 2000.

Destacamentos
Populacionais no Brasil:
uma análise dos Censos
Demográficos de
1991 e 2000

Antônio Tadeu de Oliveira
André Geraldo Simões